

## **A TV PÚBLICA NO BRASIL E PORTUGAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS**

Public TV in Brazil and Portugal: Conceptual and historical aspects

La televisión pública en Brasil y Portugal: aspectos conceptuales e históricos

**Gizeli Costa Bertollo Menezes<sup>1</sup>**

**Francisco Gilson Rebouças Porto Junior<sup>2</sup>**

**Yuri Vinicius Silva<sup>3</sup>**

**José Lopes da Cruz Filho<sup>4</sup>**

**Kécia Garcia Ferreira<sup>5, 6</sup>**

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal). E-mail: [gcbmenezes@gmail.com](mailto:gcbmenezes@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduado em Comunicação Social/Jornalismo (ULBRA) e Pedagogia (UnB). Atualmente é líder do Núcleo de Pesquisa e Extensão e Grupo Lattes Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). E-mail: [gilsonporto@uft.edu.br](mailto:gilsonporto@uft.edu.br).

<sup>3</sup> Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Tocantins UFT. Trabalhou com telecomunicações na Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS / REDESAT- TV Palmas e 96 FM), e atualmente na Universidade Federal do Tocantins (UFT). É pesquisador no Núcleo OPAJE-UFT. E-mail: [yurivinicius@gmail.com](mailto:yurivinicius@gmail.com).

<sup>4</sup> Graduação em Comunicação Social pela Universidade do Tocantins. É especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Tocantinense de Pós-graduação. Atualmente é jornalista da Universidade Federal do Tocantins. É pesquisador no Núcleo OPAJE-UFT. E-mail: [joselopes@uft.edu.br](mailto:joselopes@uft.edu.br).

<sup>5</sup> Publicitária, Produtora e Cineasta, atua como Produtora Audiovisual na empresa Tapioca Tour Entertainment e como Diretora Tesoureira na ATCV - Associação Tocantinense de Cinema e Vídeo e na ABD/TO - Associação Brasileira dos Documentaristas no Tocantins. Mestranda em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). É pesquisadora no Núcleo OPAJE-UFT. E-mail: [keciagf.pos@gmail.com](mailto:keciagf.pos@gmail.com).

<sup>6</sup> Endereço de contato do autor (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. Avenida NS 15, 109 - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, Brasil. CEP: 77001-090.

## RESUMO

A proposta deste artigo é compreender melhor o sistema público de televisão em Portugal e no Brasil, especificamente as emissoras RTP1 e TV Brasil. Embora os dois países sejam marcados por fortes ligações históricas, culturais e linguísticas, se distanciam no que diz respeito a radiodifusão pública. Enquanto em Portugal a televisão já nasce sob o domínio estatal, que posteriormente vai se moldando aos princípios do serviço público, no Brasil chega pelas mãos da iniciativa privada, que por quase duas décadas dominou de forma exclusiva o cenário televisivo, imprimindo seu modelo no país.

**PALAVRAS CHAVE:** Televisão; Brasil; Portugal; TV pública; História.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to better understand the public television system in Portugal and Brazil, specifically the RTP1 and TV Brazil broadcasters. Although the two countries are marked by strong historical, cultural and linguistic connections, they are distant in relation to public broadcasting. While in Portugal, television is born under state domination, which later is shaping the principles of public service, in Brazil comes through the hands of private initiative, which for almost two decades dominated the television scene exclusively, printing its model in the country.

**KEYWORDS:** Television; Brazil; Portugal; Public TV; Story.

## RESUMEN

El propósito de este trabajo es comprender mejor el sistema público de televisión en Portugal y Brasil, específicamente en las emisoras de televisión RTP 1 y Brasil. Aunque los dos países están marcados por fuertes vínculos históricos, culturales y lingüísticos, se distancian en lo que se refiere a la radiodifusión pública. Mientras que en Portugal la televisión nace bajo dominio del Estado, que posteriormente dar forma a los principios de servicio público en Brasil llega a manos de la empresa privada, que desde hace casi dos décadas dominaron exclusivamente el panorama de la televisión mediante la impresión de su modelo en el país .



**PALABRAS CLAVES:** Televisión; Brasil; Portugal; TV pública; Historia.

Recebido em: 16.11.2018. Aceito em: 19.12.2018. Publicado em: 16.01.2019.

## Introdução

Vinculadas à estruturas administrativas estatais, as primeiras emissoras públicas que surgiram no mundo eram financiadas com recursos do tesouro e sujeitas ao controle do Estado. Muitos países, principalmente na América Latina, como é o caso do Brasil, ainda preservam esse modelo, que aproxima mais do estatal, do que efetivamente público. Assim como em Portugal, a televisão pública brasileira surgiu em pleno regime ditatorial. Dezoito anos após o início das transmissões do sistema televisivo no país, que manteve-se nas mãos da iniciativa privada, finalmente o país vive sua primeira experiência de serviço público com a implantação da TV Universitária em Pernambuco, em 1968. Logo depois, em 1969 vem a TV Cultura, vinculada ao Governo do Estado de São Paulo e em 1975 a TVE do Rio de Janeiro, subordinada ao Governo Federal, que atualmente formou a EBC - Empresa Brasil de Comunicação, mantenedora da TV Brasil, que surge com a proposta de ser a televisão pública brasileira de abrangência

nacional. Seu modelo de financiamento está ancorado basicamente com recursos oriundos de dotações orçamentárias, complementado com a captação via publicidade legal. Valente (2009, p.269) destaca que esse reordenamento "significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas". Atualmente o sinal da TV Brasil alcança a grande maioria dos estados brasileiros, através da Rede Nacional de Comunicação Pública, formada por emissoras públicas, estatais, universitárias e comunitárias, embora ainda registre baixos índices de audiência. Mas ao contrário do Brasil, a televisão portuguesa nasceu sob os moldes do serviço público e manteve-se soberana por mais de três décadas, até a entrada de emissoras privadas, em 1992, com as quais precisou dividir mercado. Atualmente, a televisão pública portuguesa mostra-se consolidada, atuante na produção de conteúdos e ainda, com grande penetração no país e

altos índices de audiência. Cerca de dois terços de seus recursos financeiros são oriundos de uma taxa paga pela população e orçamento estatal. O restante, captado por meio da comercialização publicitária.

### **Marcos históricos do sistema público de televisão**

Dominique Wolton (2006), relaciona a origem da televisão pública na Europa a três ideias que surgiram nos pós guerra. A primeira, o temor em relação à nova mídia, que se mostrava mais poderosa que o rádio porque além de falar, podia mostrar através das imagens. A população tinha em mente, na época, “a utilização que fizeram do rádio os fascistas alemães e italianos, sem esquecer os ecos distantes, vindos da América Latina, de sua utilização no Brasil por Getúlio Vargas e, sobretudo, na Argentina, por Péron” (p.25). Nesse período, as novas mídias de massa eram consideradas muito perigosas e por isso deviam ser controladas pelo poder público. A segunda ideia baseia-se na

reação negativa em relação ao modelo norte americano de televisão privada, que havia se desenvolvido no pós guerra. “A nacionalização da televisão era ainda mais justificada que a do rádio para escapar aos demônios do lucro” (Wolton, 2006, p.25). E, por último, a terceira ideia era de que a televisão poderia ser um grande instrumento de democratização cultural. Essa era uma visão que predominava principalmente entre os primeiros profissionais da televisão, intelectuais, políticos e a elite cultural da época. Mas, nem todos os países reagiram da mesma forma diante da tal “ameaça da comunicação”:

Se na França, assim como na Itália e a Bélgica, escolheram a lógica administrativa, política, centralizadora, a Alemanha Ocidental preferiu uma estrutura pública descentralizada. Enquanto os países latinos confiavam no Estado para garantir o bem público e a “independência” da televisão, a Grã-Bretanha e, sobretudo, a Alemanha que acabava de experimentar os piores excessos cometidos em nome do Estado, tiveram uma atitude menos estatal (Wolton, 2006, p.26).

A partir de 1955, dois modelos de televisão pública são definidos na Europa. Um era o modelo inglês, que por muito tempo manteve-se isolado e o

outro era o modelo continental, que prevalecia na Europa, da qual sobressai a televisão francesa, numa versão de tradição pública centralizada. Mas é a televisão britânica que mais se aproxima aos ideais democráticos e ainda hoje é considerada o melhor modelo de televisão pública do mundo (Wolton, 2006, p.26).

### **1ª Fase da Televisão Pública**

Entre 1950 e 1970, ocorre a dominação do modelo de televisão de serviço público. Primeiro vem a era dos pioneiros, que inventam o que viria a ser o grande instrumento de divertimento popular. E, paralelamente à técnica, estavam os ideais de serviço público, onde sua missão consistia em produzir conteúdos educativos e populares. "O rápido sucesso da televisão não permitirá distinguir aquilo que era verdadeiramente desejado por essa orientação daquilo que revelava o sucesso da televisão propriamente dita" (Wolton, 2006, p. 27). Essa primeira fase é considerada a "época de referencia". À medida que a televisão

pública avança, os seus conteúdos audiovisuais vão se afastando do modelo concebido inicialmente. Mas junto com o sucesso que vinha registrando a televisão, veio também a ingerência política. Os cargos de dirigentes passaram a ser ocupados a partir de indicações do governo e as informações a ser controladas. Uma vez que o público, evidentemente não tinha autonomia, cada um se proclamava o seu porta voz. "O controle político era ainda o melhor meio para enquadrar um instrumento cujo sucesso, no mínimo, era intrigante." (Wolton, 2006, p.27). Motivos suficientes para que ocorresse um distanciamento do projeto idealizado de televisão pública e, também, a desmotivação dos seus fundadores. A década de 1960 é marcada por uma forte discussão acerca do que realmente deveria ser a televisão pública e se havia necessidade de um segundo canal e, em que prazo. Com exceção da Inglaterra, a criação de um segundo ou até mesmo um terceiro canal de televisão pública ocorre de forma lenta. Na França o segundo canal surgiu em 1964 e o

terceiro em 1971. Em Portugal o primeiro canal público, RTP1, foi inaugurado em 1957 e, quatorze anos depois, em 1972, o país lança o seu segundo canal, RTP2 (Wolton, 2006).

## **2ª Fase da Televisão Pública**

Na segunda fase da história da televisão pública na Europa, que vai de 1970 a 1980, ocorre o que Dominique Wolton denomina de "o confronto dos dois modelos". É um período de reflexão, a qual se direciona para uma inversão de ideias em relação à televisão privada, que até ao momento era hostilizada. O motivo desse desejo despertado pela televisão privada deve-se ao desgaste do modelo de televisão pública e ao leque de opções oferecidas na programação da televisão privada. "O público não contestava a televisão pública, até apreciava, e queria somente mais imagens à medida que aumentava o número de aparelhos vendidos" (Wolton, 2006, p. 28).

Em Portugal não era diferente, até porque a resistência da ditadura não favorecia a abertura a um novo modelo. A

ingerência e o controle do governo sobre a televisão pública, mesmo com a morte de Salazar e uma aparente suavização do regime ditatorial, deixava evidente a sua missão de prestadora de serviço do Estado. "Sob a liderança de Ramiro Valadão, a RTP iria, nos primeiros anos da década de 1970, manter-se ainda mais fiel à intenção de cumprir claros "objetivos políticos" de "orientação" da opinião pública" (Souza & Santos, 2003).

Enquanto isso no Brasil a televisão, que nasceu como um empreendimento comercial em 1950, se consolidava como o mais importante instrumento da indústria cultural no país. A primeira experiência voltada para o serviço público veio dezoito anos depois, em 1968, com a implantação da TV Universitária no Estado de Pernambuco. No ano seguinte foi a vez a TV Cultura, que nasce vinculada ao governo do Estado de São Paulo e, em 1973, é criada a TVE do Rio de Janeiro, subordinada ao Governo Federal e, atualmente, denominada TV Brasil. Conforme prevê a legislação brasileira, a exploração da

radiodifusão pública fica a cargo dos governos federal, estaduais e municipais, além das universidades e fundações. As primeiras televisões públicas eram destinadas, exclusivamente, à exibição de programas educacionais, como a transmissão de teleaulas, palestras, debates e conferências.

### **3ª Fase da Televisão Pública**

De 1980 a 1990 Wolton delimita como a terceira fase, o período da "troca". A televisão privada avança e se impõe, enquanto a pública retrai e passa a imitá-la seguindo as mesmas preocupações em relação à audiência e a espetacularização na programação. Os conteúdos mais elaborados como os documentários de cunho científico, cultural e social também são reduzidos. "Chegamos assim a uma espécie de desvitalização do modelo, e mesmo de alienação em relação à televisão privada, por tanto tempo combatida" (p.30). É neste cenário de mudança, com uma progressiva reviravolta da opinião pública, que os grupos de comunicação

encontram abertura para explorar o setor. A televisão mostra-se como um forte instrumento de influência e promoção, além de exercer um incomparável fascínio sobre seu público. Um negócio atrativo para os grandes industriais que apostam na televisão privada aberta, sem poupar investimentos para as fechadas que se multiplicaram, principalmente nos Estados Unidos (Wolton, 2006).

Contraopondo com a direita, os socialistas foram os primeiros a romper com o tabu da televisão privada. Após sessenta anos de monopólio da televisão pública francesa, em 1984 foi criado o Canal Plus e em 1985 a La Cinq e a TV6. Em 1986 a França amplia o movimento a favor da televisão privada e privatiza a líder de audiência, TF1, e cria a M6. Em menos de cinco anos a França inverte o seu quadro. Em 1983 detinha apenas três canais de televisão e todos públicos. Em 1988 contava com sete canais, sendo quatro privados, um codificado e dois públicos. Um dos países mais ferrenhos na defesa da televisão pública, multiplica seu número de canais, mas torna o serviço



público minoritário. Com o crescimento da televisão privada e sua representatividade no mercado consumidor, no final da década de 1980 a televisão pública na Europa entra em uma progressiva crise financeira, encontrando dificuldades para enfrentar a concorrência (Wolton, 2006; ALVES, 2018; DIAS; ROXO, 2016; DE CASTRO, 2016).

### **O modelo público português**

Em Portugal, a televisão pública segue a tradição europeia de serviço público de radiodifusão. Embora outros países da Europa já estivessem experimentando o serviço, no país chegou um pouco mais tarde. Duas décadas após o governo inglês inaugurar a BBC, os portugueses passaram a contar com a companhia diária da RTP. Criada durante regime de ditadura, a televisão pública portuguesa foi consolidada sob pressupostos de um rígido controle, com fins exclusivos de manipulação política, descreve Rui Cádima:

O dispositivo da informação televisiva – dispositivo logotécnico e instrumental – do salazarismo e marcelismo, assentava assim,

essencialmente, numa prática monológica constante, definida pela omissão das opiniões discordantes das do regime e das suas estratégias, ou tão somente pela sua exclusão da “esfera pública” enquanto campo autônomo, enquanto esfera de singularidades (Cádima,1996, p.340).

A ostensiva participação do governo sobre a radiodifusão pública deixava evidente a sua missão de prestadora de serviço do Estado. Durante o período, que compreende de 1957 a 1974, a televisão configurava-se como um instrumento de propaganda ao regime ditatorial. A prática da censura foi determinante na manutenção da ditadura no país. “Sem ela, muito provavelmente, a liberdade teria chegado mais cedo” (Cádima, 1996, p. 336).

Esse quadro manteve-se inalterado até o final do Estado Novo. Com a revolução de 25 de abril de 1974 que depôs o regime ditatorial, um novo ciclo inicia na história da RTP. O estatuto da empresa concessionária da radiodifusão é alterado em dezembro do mesmo ano, através do decreto-lei nº 674-D/75, e a RTP é nacionalizada e transformada na empresa pública de

radiodifusão portuguesa. Mas, as expectativas geradas em relação ao veículo, como um instrumento que estivesse mais próximo do cidadão, não se concretizam e a televisão continuou a ser vista como um instrumento de mobilização e de ação política controlada diretamente pelo governo que sucedeu.

Do ponto de vista formal, o Estado foi célere na aprovação de uma Lei de Imprensa (em preparação desde agosto de 1974 e publicada em 26 de fevereiro de 1975), mas foi bem mais prudente na definição de um regime legal para o Audiovisual (a lei da Televisão só seria aprovada em 1979), indicando, dessa forma, a sua reduzida apetência para alterar procedimentos e enquadramentos nos média eletrônicos (Sousa & Santos, 2006, p.7).

Mas no final da década de setenta, os ventos começam a soprar em nova direção e a televisão pública de Portugal inicia uma aproximação com o público. A RTP avança com estratégias para garantir autonomia financeira da empresa e propõe uma programação alternativa para o segundo canal, que leve em conta as aspirações do público. No início da década de 1990 o cenário audiovisual português começa a mudar com a entrada de emissoras comerciais, encerrando a era do monopólio do

Estado. Com a abertura do mercado televisivo, a RTP sofre reduções em suas receitas e aumento das despesas. Passa a dividir o mercado publicitário e a competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos. “A disputa por programas, formatos e estrelas inflacionou o seu custo” (Sousa & Santos, 2006, p.10).

Seu modelo de gestão e participação, reestruturado em 2007, é desenvolvido a partir do gerenciamento de três tipologias de participação. Primeiro, os chamados órgãos sociais constituídos por assembleia geral, conselho de administração e um fiscal único. Segundo, o Conselho de Opinião e, em terceiro, os provedores do ouvinte e do telespectador. A participação da sociedade civil está estabelecida através do Conselho de Opinião, formado por 29 membros indicados por associações e outras entidades representativas da sociedade. No que se refere ao financiamento, cerca de dois terços de seus proventos são oriundos de uma taxa paga pela população (contribuição

audiovisual) e de dotações orçamentárias estatais, o restante é captado via serviços publicitários e venda de serviços e produtos (Valente & Azevedo, 2009).

A Rádio e Televisão de Portugal – RTP opera com sete canais de televisão (RTP1, RTP2, RTP África, RTP Açores, RTP Madeira, RTP N, RTP Memória e RTP Internacional) e sete estações de rádio (Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Açores, RDP Madeira, RDP África e RDP Internacional). A exemplo do que acontece em outros países europeus, o sistema público de televisão de Portugal mantém um canal para competir no mercado, que é o caso da RTP1. O perfil da RTP1 é definido pelo grupo como o canal dos grandes espetáculos ao vivo, das grandes provas desportivas, do cinema nacional, das festas populares, dos *talk shows* culturais e da informação.

A RTP1 é o principal canal do Grupo Rádio e Televisão Portuguesa. De âmbito nacional aberto, o canal generalista oferece uma grade diversificada de programação, nos gêneros do entretenimento, da ficção

nacional, da informação e do desporto. Estreou em 1956, permanecendo o único canal de televisão no país até dezembro de 1968, altura em que foi lançada a RTP2. O primeiro canal manteve liderança no *ranking* de audiência até meados da década de 1990. Nos últimos anos mantém-se entre as três primeiras posições, juntamente com as emissoras comerciais SIC e TVI.

## O modelo público brasileiro

Por quase duas décadas que antecederam a chegada do serviço público de radiodifusão no Brasil, a televisão privada, inaugurada em 1950, dominou o mercado e imprimiu um modelo de televisão no país, o qual mantém sua liderança de mercado e nos *rankings* de audiência, até os dias atuais. O país, que foi o primeiro da América do Sul e o quarto do mundo a implantar uma estação de televisão, ficando atrás somente da Inglaterra, França e dos Estados Unidos, de tradicionalmente privado migrou para um sistema misto de

radiodifusão. De um lado, poucos grupos detinham o controle acionário da maior parte dos veículos, a exemplo do empresário Assis Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*, um conglomerado de emissoras de rádio, jornais, revistas e da primeira emissora de televisão. Do outro lado, o governo operava com alguns canais destinados a programas educativos, que nem sempre seguiam os preceitos do serviço público. E se havia alguma intenção em investir no serviço público de radiodifusão, a pressão do setor privado intensificava, a exemplo da tentativa de se criar, em 1950, uma TV Educativa em caráter nacional, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que acabou cancelando o projeto. Em 1956 seu sucessor, o presidente Juscelino Kubitschek tentou dar continuidade e chegou a confirmar a outorga do canal 4 do Rio de Janeiro para a Rádio Nacional (Valente, 2009; MENEZES, 2017; LIMA, 2018; FRANCO, 2015; ORLANDO et al, 2016; MARTINEZ, 2016).

No final da década de 1960, em plena ditadura brasileira, a televisão

pública é vista como um forte instrumento para a efetivação de um sistema de educação de massa no país, que experimentava uma acelerada industrialização. Era preciso formar mão obra qualificada em um país de dimensões continentais. Nasce assim, a partir do Decreto-Lei 236 de 1967, a televisão educativa voltada à divulgação de programas educacionais, palestras, aulas, conferências e debates. Através de um sistema de emissoras educativas, criado pelo governo federal e comandado pelos governos estaduais e universidades, a programação da TVE é levada a todas as regiões do país. “Enquanto os executivos estaduais construíam suas televisões e rádios, o governo federal atuava como centro de produção de programas educativos, instituindo para isso, em 1972, o Programa Nacional de Teleducação (Prontel)” (Valente, 2009, p.271).

Em 1969 a TV Cultura de São Paulo, que se inspirou na radiodifusão pública europeia, mais especificamente no modelo inglês da BBC (*British*

*Broadcasting Corporation*), inicia suas transmissões. Tem como mantenedora a Fundação Padre Anchieta, criada a partir da Lei Estadual nº 9.849, de 1967 que autoriza o Poder Executivo a formar uma entidade destinada a promover atividades educativas e culturais por meio do rádio e da televisão. Para evitar interferências do poder público, a emissora adotou um modelo de gestão semelhante ao da emissora inglesa, instituindo como poder máximo um Conselho Curador, formado por representantes de instituições públicas e privadas da sociedade paulista. Segundo Leal Filho (1988, p.41), a criação de uma televisão pública que não precisasse se preocupar com os índices de audiência se configurou como uma resposta aos “abusos” cometidos nos programas de auditório da época, caracterizados como “popularescos”. Por sua própria natureza jurídica, distinta e única no cenário televisivo brasileiro, ao contrário das televisões comerciais, a TV Cultura não tinha sua programação submetida aos índices de audiência e nem

aos caprichos dos patrocinadores (Otondo, 2002).

Em 1988, a nova Constituição Federal estabelece em seu artigo 223 que seja observada a complementaridade dos sistemas públicos, estatal e privado, ao ser concedida uma outorga. “Criou-se aí a ideia de um sistema público, diferenciado tanto do privado quanto do estatal” (Valente, 2009, p.43). O serviço de radiodifusão passa a ser regulamentado de acordo com as modalidades de outorga comercial, educativa e comunitária.

Enquanto o conceito de sistema público permaneceu como letra morta na mais importante norma do país, a designação pública consolidou seu significado associado à independência tanto de mercados quanto de governos, sendo buscado pelas emissoras educativas como um título para aquelas que conseguissem alcançar essa condição (Valente, 2009,p.44).

Foi também em 1988 que o governo encontrou uma forma de incentivar a expansão da rede no interior, permitindo que as retransmissoras (RTVs) pudessem explorar 15% da grade com programação local. Em 1986 foi promulgada a Lei Sarney, permitindo às

emissoras educativas capturem patrocínios. Atualmente a EBC - Empresa Brasil de Comunicação (sucessora das antigas estruturas de comunicação do governo federal), tem seu modelo de financiamento baseado em fontes orçamentárias e também em captação externa como patrocínios, apoios culturais, publicidade institucional e legal, licenciamento de produtos e prestação de serviços. Em sua lei de criação foi aprovada ainda, a Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública, onde 75% do FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações seriam destinados a empresa. Mas em 2009 as operadoras de telefonia, que pagam o fundo, questionaram a sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e desde então os recursos são depositados em juízo.

Em 2008 o setor da comunicação pública passa por um processo de reestruturação com a criação da TV Brasil. Nos moldes de uma sociedade anônima de capital fechado,

sob a Lei nº 11.652 de abril de 2008<sup>7</sup>, foi criada a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que congrega televisão, rádio e internet. No campo televisivo, a EBC gere três canais a NBR (canal do governo federal), a TV Brasil e a TV Brasil internacional. Seu modelo de gestão é baseado em quatro instâncias: Conselho Curador, Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Seu Conselho Curador é composto por 22 membros, dos quais 15 são indicados pela sociedade, 04 pelo Governo Federal, 01 pela Câmara, 01 pelo Senado e 01 representante dos funcionários da emissora. Tem como função, deliberar sobre as diretrizes artísticas, culturais e informativas da política de comunicação proposta pela diretoria executiva. Em setembro de 2016 a Medida Provisória 744/2016 modifica a estrutura da EBC e extingue o conselho curador.

Com a criação da EBC, iniciou-se um trabalho de adesão de outras

7

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm) Acesso em 27/ março de 2019.

emissoras consideradas integrantes da esfera pública, como as educativas, as universitárias e as comunitárias, formando assim a Rede Nacional de Comunicação Pública (RPTV)<sup>8</sup>.

Ainda que tardia, a TV Brasil surge com a missão de ser o canal público brasileiro com alcance nacional e internacional. "A implantação da TV Brasil representou uma importante conquista para segmentos da sociedade brasileira envolvidos com a luta pela pluralidade e democratização do acesso à comunicação e a informação no Brasil" (Coutinho, 2013, p.28). As discussões para a sua criação foram acentuadas em 2006, quando representantes das televisões educativas e culturais (ABEPEC), universitárias (ABTU), comunitárias (ABCCOM) e legislativas

(ASTRAL) reuniram para criar um grupo de discussão e interlocução junto ao governo. Movimento que resultou na realização, do I Fórum Nacional de TVs Públicas, coordenado pelo Ministério da Cultura e Secretaria do Audiovisual. Dentre os temas debatidos estavam: Missão e finalidade do serviço público; legislação e marcos regulatórios; programação e modelos de negócio; financiamento e a migração digital. Após outras tentativas de criação de uma rede pública de televisão no país, a discussão ganhou força com a realização do evento. Do I Fórum, resultou um manifesto pela TV Pública independente e democrática, denominado Carta de Brasília. Documento que serviu de base para o governo federal criar a criação da TV Brasil, em dezembro de 2007. Sua criação ocorreu a partir da fusão entre a TV Nacional de Brasília e as TVEs do Rio de Janeiro e do Maranhão.

## Conclusões

De uma maneira geral, os modelos de televisão pública no mundo, se apresentam de diferentes formas e sofrem

---

<sup>8</sup> Associação de emissoras de caráter público, educativas e culturais, do sistema aberto, e canais públicos pagos transmitidos pelo Serviço de Acesso Condicionado, unidos em regime de contrato para transmitir programação nacional comum, simultânea ou não, com o qual se definem as categorias associativas e os termos de adesão (Manual de rede EBC 2015). Disponível em: [http://www.ebc.com.br/institucional/sites/\\_institucional/files/atoms/files/nor-401-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publica-consad-038-de-20.05.2015.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/nor-401-norma-da-rede-nacional-de-comunicacao-publica-consad-038-de-20.05.2015.pdf)

mudanças ao longo dos anos. Vão se adaptando de acordo com o contexto local. “Em tempos de guerra, por exemplo, há outras expectativas e necessidades a serem contemplados para atender aos desejos dos cidadãos e do país”. (Otondo, 2008, p. 45). A forte relação com o governo que, ao mesmo tempo, delega o serviço e também precisa oferecer liberdade e condições necessárias para que televisão pública possa cumprir sua missão, traz complicações à sua identidade. Um eterno dilema no cotidiano das emissoras, principalmente àquelas que mantém maior dependência financeira de recursos estatais. No caso brasileiro, as interferências são mais evidentes nas emissora regionais onde, na maioria das vezes, estão vinculadas diretamente ao governo do Estado, dos quais dependem quase que exclusivamente das suas dotações orçamentárias, dada a inexpressiva captação via comercialização de publicidade, em razão das severas restrições impostas às emissoras públicas. Financiada e controlada pelo Estado,

funcionam, quase sempre, como extensão das assessorias de comunicação na maioria dos estados, aproximando mais dos moldes estatais. É diante desse cenário, que os pesquisadores Jonas Valente, Diogo Moises e Sivaldo Silva (p.321, 2009) são categóricos ao afirmar que: “O país nunca possuiu de fato um sistema público de comunicação. Sustentou a duras penas algumas iniciativas isoladas que até hoje sofrem para se manter em pé”. Enquanto no Brasil se manteve um modelo baseado em emissoras estaduais, em vez de fortalecer uma rede pública nacional, em Portugal o sistema de radiodifusão pública opera em rede nacional, com maior autonomia financeira e política.

### Referências

- ALVES, J. CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE NO BRASIL E NO MUNDO. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 468-499, 29 jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p468>.
- Cádma, R. (1996). **Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa**. Lisboa: Ed. Presença.
- Cannito, N. (2010). **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. São Paulo: Summus.



Coutinho, I. (2013). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular.

DE CASTRO, M. L. PROMOCIONALIDADE TELEVISUAL EM TEMPOS DE NOVAS TECNOLOGIAS. **Revista Observatório**, v. 2, n. 4, p. 301-321, 30 out. 2016.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2Especial2p301>.

DIAS, A.; ROXO, M. FOLHA DE S. PAULO E O CASO HERZOG RE(A)PRESENTADO: um estudo sobre memória, narrativa e "acontecência". **Revista Observatório**, v. 2, n. 5, p. 452-484, 25 dez. 2016.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n5p452>.

FRANCO, C. F. Projeto múltiplos olhares: o exercício do documentário etnográfico na formação do jornalista. **Revista Observatório**, v. 1, n. 1, p. 247-269, 30 set. 2015.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p247>.

LIMA, M. (RE) PENSAR A CULTURA: subvenção da mídia regional e da identidade. **Revista Observatório**, v. 4, n. 5, p. 396-412, 1 ago. 2018.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n5p396>.

MARTINEZ, M. Reflexões sobre Jornalismo e História Oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias. **Revista Observatório**, v. 2, n. 1, p. 75-91, 1 maio 2016.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n1p76>.

MENESES, V. REPRESENTAÇÕES DAS GERAÇÕES FEMININAS NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL INFANTIL. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 387-416, 1 out. 2017.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p387>.

Otondo, T. (2002). TV Cultura. A diferença que importa. In. O. Rincón. (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. (pp. 267-301). São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Projeto Latino Americano de Meios de Comunicação.

ORLANDO, S.; RIBEIRO DA SILVA, C. OS CONTOS DE FADA NA FICÇÃO SERIADA "ONCE UPON A TIME": o uso da transfuncionalidade em perspectiva mnemônica. **Revista Observatório**, v. 2, n. 3, p. 138-162, 31 ago. 2016.

**DOI:** <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n3p138>.

Souza, H. & Santos, A. (2003). RTP e Serviço Público. Um percurso de inultrapassável dependência e contradição. In. M. Pinto et. al. **A Televisão e a Cidadania**. Contributos para o debate sobre o Serviço Público. Braga: Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

Valente, J. (2009). Sistema Público de Comunicação no Brasil. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus.

Valente, J & Azevedo, F. (2009). Sistema Público de Comunicação de Portugal. In: **Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus.

Wolton, D. (2006). **Elogio ao Grande público**. Uma teoria Crítica da Televisão. (Trad. J. Rubens). São Paulo: Ática.